

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA**

VANESSA APARECIDA NASCIMENTO SALGADO SILVA

“AZAR DAS BOAS ALMAS”

**Reflexões Acerca da Educação Social de Rua com Crianças e Adolescentes
em Situação de Rua**

SANTOS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

VANESSA APARECIDA NASCIMENTO SALGADO SILVA

“AZAR DAS BOAS ALMAS”

**Reflexões Acerca da Educação Social de Rua com Crianças e Adolescentes
em Situação de Rua**

Trabalho apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gabriela Pereira Vasters e co-orientação de Enrico Rezende Watanabe, bacharel em direito.

SANTOS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

VANESSA APARECIDA NASCIMENTO SALGADO SILVA

“AZAR DAS BOAS ALMAS”

**Reflexões Acerca da Educação Social de Rua com Crianças e Adolescentes
em Situação de Rua**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Gabriela Pereira Vasters

Universidade Federal de São Paulo

Me. Viviane Gorgatti

Mestre em Ensino em Ciências da Saúde – Universidade Federal de São Paulo

Aprovação em: ____/____/____

SANTOS

2019

“Meu avô já foi escravo
Mas viveu com valentia
Descumpria a ordem dada
Agitava a escravaria
Vergalhão, corrente e tronco
Era quase todo dia
Quanto mais ele apanhava
Menos ele obedecia.”¹

Ao meu avô, Salgado.

¹ Toque de São Bento Grande de Angola – Paulo Cesar Pinheiro.

AGRADECIMENTOS

Somente com imensuráveis esforços, apoios, brigas e muita cumplicidade foi possível chegar à conclusão desta graduação. Visíveis ou invisíveis, evidentes ou muito sutis, as contribuições foram das mais variadas.

Primeiramente à minha mãe - minha luz, meu irmão – que me dá desejo de viver, ao meu pai – ao qual puxei o apego pela concretude da vida, essencial para essa produção, ao meu tio – puro amor e certo porto seguro, e à toda a minha família, que muito lutou para que alguém de nós chegasse à universidade pública, direito renegado durante muitas gerações, agradeço sem ter palavras para expressar. Tios avós Deise, Dilma e José: se hoje consigo ter alguma capacidade objetiva de me expressar, esta foi construída com vocês, que sempre me trataram como um sujeito legítimo, como uma pessoa, não como alguém que ainda não era um ser. Wagner, meu irmão, você foi, é e sempre será. Vovó Dinorá, guerreira linda, suas andanças e trabalhos foram essenciais para existirmos hoje. Vovó Dirce, das melhores heranças que tenho na vida é a sua sinceridade. Os amo, todos.

Claudia e Sil: não saí do útero físico, mas sei que estou ligada ao “útero-alma”. Eu amo vocês.

Ao meu companheiro João, agradeço pela paciência durante essa produção e por cada dia vivido, todos intensos.

Com muito orgulho dos 11 anos de trajetória, sou grata ao Instituto Camará Calunga, que mesmo nos períodos de mais “perrengue” conseguiu resistir e produzir espaços de convivência, engajamento, implicação e criticidade. Em especial ao João Carlos, que nos piores meses da minha vida dispôs de seu tempo para construir as condições do meu retorno e à Vivi, âncora e cama elástica ao mesmo tempo. Essa luta é de todos nós, portanto: grata a cada integrante dessa experiência. Destaco também a honra de compor uma equipe de educadores sociais de rua implicados com a leitura dos contextos, com a convivência e por nunca, nunca deixar de lado os conflitos que nos fizeram o melhor que pudemos ser. Hoje, agradeço ao José, companheiro de luta, cúmplice e ser humano de muita paciência, com o qual me lanço

nas mais diversas experiências de formação, de cuidado e de múltiplas criações (ou ainda, “pirações”).

Ao Enrico e Maria Fernanda, somente nós sabemos as incontáveis condições que criaram para que eu não desistisse. Não só por isso, agradeço quase que principalmente por colocarem no mundo João Moreno e Pedro Terra: meninos, eu amo vocês, sempre vou amar e espero poder estar na vida de vocês fazendo ao menos um centésimo do bem que me fazem. Obrigada por tudo, que são muitas coisas, então vou ter que usar somente a palavra tudo mesmo.

Com um carinho muito profundo, agradeço às amigas Luiza Passos Módica – amiga para tudo e sempre, Andressa Lima – só você para me fazer sorrir e perseguir na luta por essa formação nos momentos mais adversos, Priscila Costa Bazo Loureço – compromisso encarnado no corpo, veias e alma, grande amiga e Gabriela Ribas – pela sua receptividade e companheirismo eu não saí da universidade no mesmo dia em que entrei. Aos amigos Maicon Gomes – fiel escudeiro, amigo para tudo e todo o sempre e Fernando Lima – das pessoas com as quais posso “ranger” ao máximo as contradições desse mundo. Eidi Kikuchi (Shenore) e Bruno Julio (Pingué) – se por um lado conheci a dor de perder um irmão, com vocês ganhei dois, para essa e outras vidas, caso existam.

Passador, Stéfanis e Gabi: professores e companheiros, sorte minha ter vocês nessa caminhada. Eliane (do NAE), obrigada por lutar comigo pela minha permanência durante as piores conjunturas.

Mississippi, Zumbi e Luci, fiéis escudeiros: os amo e vivo isso em cada milésimo de segundo.

Desculpas àqueles que não foram citados, mas não tenho ainda condições de elaborar uma escrita que faça jus aos tantos e tantos outros que me compõem.

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de psicologia na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP pretende contribuir para o fortalecimento das práticas de educadores sociais de rua, a partir de reflexões sobre experiências do Instituto Camará Calunga no município de São Vicente/SP e examinando a Educação Social de Rua, crianças adolescentes em situação de rua, relacionando dados atuais da produção da situação de rua de crianças e adolescentes e das características dessa situação. O esforço surge da necessidade da apropriação do contexto atual para encarar os desafios vigentes do cotidiano de trabalho dos educadores sociais de rua, em uma conjuntura nacional de perda de direitos sociais conquistados nas últimas décadas pela luta da classe trabalhadora e seus movimentos sociais. Frente à coleção de violações de direitos humanos, que podem ser acompanhadas no cotidiano das notícias no país, e à cultura adultocêntrica que não legitima as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, aprofundar as discussões sobre as práticas sociais se faz urgente, necessário e implicado com a transformação no nosso país.

Palavras-chave: Educação social de rua, educadores sociais de rua, crianças e adolescentes em situação de rua, sujeitos de direitos, psicologia social.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión del curso de psicología en la Universidad Federal de São Paulo - UNIFESP tiene como objetivo contribuir al fortalecimiento de las prácticas de educadores sociales de la calle, basado en reflexiones sobre las experiencias del Instituto Camará Calunga en la ciudad de São Vicente / SP y el examen de Educación Social de la Calle, niños adolescentes en situación de calle, relacionando datos actuales sobre la producción de la situación de calle en niños y adolescentes y las características de esta situación. El esfuerzo surge de la necesidad de apropiarse del contexto actual para enfrentar los desafíos actuales del trabajo diario de los educadores sociales de la calle, en un contexto nacional de pérdida de derechos sociales ganados en las últimas décadas por la lucha de la clase trabajadora y sus movimientos sociales. Ante la colección de violaciones a los derechos humanos, que puede acompañarse en las noticias diarias del país, y la cultura centrada en los adultos que no legitima a los niños y adolescentes como sujetos de derechos, profundizar las discusiones sobre las prácticas sociales se hace urgente, necesario e involucrado. Transformación en nuestro país.

Palabras clave: educación social de calle, educadores sociales de calle, niños y adolescentes de la calle, sujetos de derechos, psicología social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA.....	13
2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	20
3. RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	24
3.1 CONTEXTO.....	24
3.2 A EXPERIÊNCIA.....	27
3.3 REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA.....	45
4. CONEXÕES COM A REALIDADE BRASILEIRA – APONTAMENTOS PARA A ESR.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

A Educação Social de Rua no Brasil foi um grande motor para a política pública no campo da infância e adolescência no nosso país. Nascida em um contexto de aprofundamento da desigualdade, na década de 80, a discussão deste campo hoje se faz relevante mediante agravos sucessivos das condições de sobrevivência da população brasileira.

Embora a consolidação das políticas de garantias de direitos seja uma conquista recente, já está em curso o seu desmonte devido aos diferentes projetos de sociedade que estão em disputa. Como decorrência, a reorganização da política pública brasileira marcha velozmente, contribuindo para o aumento da disparidade social no país.

Tanto quanto aumenta a miséria, se desenvolvem estratégias de sobrevivência diversas tais como as realizadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua, que buscam na rua garantir realizações materiais, de desejos e até mesmo de aventuras. A Educação Social de Rua se dedica à atenção junto a esta população, sendo intrínseca à prática cotidiana dos educadores sociais de rua a apropriação do contexto que produz as situações com as quais trabalha.

No esforço de contribuir para o aprofundamento deste campo, a monografia “Azar das Boas Almas – Reflexões acerca da Educação Social de Rua com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” pretende fortalecer a construção da prática de educadores sociais de rua a partir de evidências concretas da realidade, análise das categorias envolvidas e reflexão sobre experiências vividas e sistematizadas em diários de campo.

Como *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”*², o presente trabalho se dedicou a explorar a constituição de algumas categorias e estudar os dados atuais

² MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.

para pensar práticas coerentes e necessárias à compreensão da realidade que se apresenta no nosso país.

O trabalho examina as concepções da Educação Social de Rua na atuação junto a crianças e adolescentes em situação de rua construídas historicamente, discutindo elementos atuais que as produzem. Pretendendo somar aos esforços para o fortalecimento da Educação Social de Rua na política pública brasileira, esta monografia investiga a Educação Social de Rua e a categoria crianças e adolescentes em situação de rua, revisando bibliografia e relacionando informações acerca da produção de tal situação.

Além disso, relata uma experiência no campo em debate, discutindo sua especificidade e relacionando a experiência com concepções da psicologia social. Parte para uma discussão ampla da relação dos conceitos desenvolvidos, buscando contribuir para que a prática hoje seja compromissada com a superação da atual realidade de desigualdade no país.

Neste sentido, o presente estudo está organizado a partir de uma revisão teórica sobre concepções da Educação Social de Rua e de criança e adolescente em situação de rua, acrescidas de dados atuais sobre estes; a seguir, apresenta-se um relato de experiência no campo estudado e posterior reflexão dialógica relativa a alguns aspectos destacados articulados à referenciais da psicologia social; posteriormente, propõe-se uma discussão sobre o cenário atual brasileiro que corrobore as reflexões apresentadas e, por fim, seguem-se as considerações finais deste estudo.

1. Educação Social de Rua

Walter Ferreira de Oliveira, no livro Educação Social de Rua – as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular, resgata a história da Educação Social de Rua e a construção desta prática. Na referida obra, apresenta claramente uma definição do que é o Educador Social:

O Educador Social de Rua é um profissional remunerado ou voluntário, que procura construir e manter um vínculo com a criança ou adolescente na rua e, a partir desse vínculo, buscar que essa criança ou adolescente se disponha a construir e materializar um “projeto de vida”, ou seja, que essa criança ou adolescente passe a buscar uma expansão das possibilidades de realização, uma possibilidade maior do que ela normalmente teria acesso a partir de sua existência na rua. Para isso, o Educador Social se instrumentaliza, utilizando as ferramentas pedagógicas, sociais e institucionais que estão à sua disposição. Em geral, essas ferramentas são conhecimentos teóricos apreendidos em sua formação como Educador Social, a experiência prática que vai cumulando em seu trabalho, as conexões que estabelece no meio social e comunitário, que lhe permitem ajudar a inclusão social da criança ou adolescente, e os meios proporcionados pela instituição onde desenvolve seu trabalho (OLIVEIRA, 2004, p.20).

Em sua origem, a Educação Social de Rua (ESR) surge como consequência dos processos de evolução tanto das políticas sociais quanto dos sistemas de serviços sociais. Essa categoria se ergue a partir da articulação entre programas sociais, religiosos, intelectuais e trabalhadores sociais, pois, na década de 1970 no Brasil, a desilusão com o milagre econômico foi concretamente visualizada no aumento considerável de pessoas em situação de rua, principalmente crianças e adolescentes, nas grandes cidades brasileiras. Como uma das heranças do regime militar no Brasil, encontramos o seguinte “*milagre brasileiro*”:

(...) dobrou o número de crianças trabalhadoras com menos de 14 anos entre 1983 e 1986, e em 1989, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 30,4% de todas as crianças e de todos os adolescentes brasileiros até 17 anos estavam trabalhando. Hélio Jaguaribe estimava, em 1989, que 50% das crianças matriculadas no ensino fundamental não chegariam ao ensino médio (OLIVEIRA, 2004, p.59).

Graciani (2001) demarca o surgimento da ESR como a emergente necessidade de se contrapor alguma prática às propostas estatais, evidenciando as contradições sociais. A autora destaca os dados da década de 80 que influenciaram na produção da situação de rua de crianças e adolescentes, considerando não somente o aumento da miséria, mas relembra também que no referido período houve redução de 25% do investimento do Estado em educação sobre um investimento que já não era alto.

Historicamente, o auge da ESR no Brasil é datado de 1979 a 1993, tendo reconhecimento como conceito importante da Educação nas Américas. Foi apropriada pelos Estados Unidos, por exemplo, onde virou política de Estado e não de governo. Destaca-se que, enquanto a política de governo se altera conforme trocam os governantes, a política de Estado é amparada por um conjunto de legalidades que sustentam sua continuidade, independente do governo em vigência. O desenvolvimento da Educação Social de Rua no nosso país foi atrofiado pela não continuidade de programas sociais nas trocas de governos nos níveis municipal, estadual e federal.

Para compreensão do contexto no qual a ESR esteve mais atuante, em 1989, considerado o “pico” da ESR no Brasil, Oliveira (2004) destaca alguns dados: o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) demonstrou o abismo da concentração da riqueza no Brasil (50% da população dominava 13,6% da riqueza nacional e 13,13% da riqueza estavam nas mãos dos 1% mais ricos) e das diferenças salariais (entre os mais pobres do nordeste e do sudeste a diferença salarial ficava em torno de 97%); no mesmo ano, o Ministério da Saúde anunciou que o índice de mortalidade infantil era de 60 por 1000, sendo que enquanto caía para 10 por 1000 entre os ricos, a taxa chegava a 200 por 1000 entre os pobres.

Os programas sociais, que de início se dispunham a garantir comida, lugar para dormir e aprendizagem de habilidades que permitissem inserção no mercado de trabalho, foram de fundamental importância para desenvolver a prática da ESR, na construção de uma prática comunitária e não assistencialista. Neste sentido, para compreender a Educação Social de Rua é importante reconhecer que o contexto de seu surgimento é articulado com a luta por outra Constituição e a ascensão dos

movimentos sociais no país. De igual modo, sua retração é uma das consequências do processo de retração dos movimentos sociais no final da década de 90, quando as práticas sociais passaram a ser orientadas para a inserção em espaços institucionalizados. A partir deste período, sujeitos e movimentos passam a atuar majoritariamente no campo institucional.

Autora relevante para a compreensão da ESR, Maria Stela S. Graciani, com o livro *Pedagogia Social de Rua* (2001), aponta as referências teóricas para essa prática. Considerada uma das primeiras pessoas a escrever de forma sistemática sobre essa experiência, a autora apresenta uma leitura comprometida com uma análise de processos emancipatórios.

Assumindo um caráter mais disciplinar do que emancipatório, após retração dos movimentos sociais e ampla institucionalização das práticas dos movimentos sociais e dos sujeitos, destacados por Oliveira (2004), a Educação Social de Rua se fez e continua a se fazer muito mais pela experiência do que necessariamente pela teoria, que não avançou muito desde o período onde surgiram os primeiros esforços de teorização das práticas.

Pautada pela reflexão de Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido* e da experiência cubana, que seguiu a proposta de educação soviética, a prática dos Educadores Sociais de Rua é exposta pela autora como completamente compromissada com um projeto político descolonizador, na luta contra a dominação e a opressão (GRACIANI, 2001). A autora refere, ainda, a relevância do conhecimento elaborado pelos educadores, reconhecendo também que este foi produzido de forma basista e com muito senso comum.

A concepção predominante no campo da Educação Social de Rua é a necessidade de um processo de conscientização no qual a compreensão de si e do mundo reflitam sobre as contradições que lhe são próprias, identifique as violações de direitos, reconheça potências e coloque os sujeitos em movimento. A ESR pretende provocar a consciência de forma a convocar os sujeitos para atuar criticamente na alteração da realidade.

Martin-Baró (1997), reconhecendo que o termo conscientização foi cunhado por Freire para caracterizar os processos de transformação pessoal e social, apresenta três aspectos para que ocorra realmente um processo de conscientização:

- a. o ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo que, pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo.
- b. Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, como que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência.
- c. O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro (MARTIN-BARÓ, 1996, p.16).

A conscientização, portanto, não seria uma simples mudança de opinião e sim uma implicação do sujeito com a compreensão e a mudança da realidade.

Opondo-se ao assistencialismo, que no Brasil se expressou no Código de Menores e nas instituições de caridade, Fernand Deligny, educador francês que viveu de 1913 a 1996, tinha a escrita como uma ferramenta constante em sua prática. O estudo do livro *Vagabundos Eficazes*, trás importantes reflexões para pensar o papel do educador social de rua, “*Pois o golpe do sentimento é, aos nossos olhos, a cólera dos empreendimentos educativos anteriores, e nós desinfetamos com palavrões as fermentações afetivas de todos aqueles que passaram pelas mãos das “boas almas”* (DELIGNY, 2018, p. 87).

Deligny nos convoca a considerar a necessidade de uma atuação crítica e política, corroborada também pela compreensão de que a prática dos educadores sociais precisa ser cotidianamente discutida, para a atuação não ser polarizada e poder de fato atuar na construção coletiva de concepções e planejamentos, como apontado na obra *Educação Social de Rua*:

O trabalho dos Educadores Sociais de Rua assume uma dimensão política quando não cai em um de dois extremos inconsequentes, que seriam o de educar para a rua (para a criança permanecer na mesma situação em que se encontra) ou educar para a sociedade – “reabilitar o menor” – e inseri-lo como “bem comportado” e obediente como ela é. O desafio reside em educar a criança na rua e a partir da rua, ganhando espaço para a participação crítica da criança, para que ela possa participar da sociedade lutando pelas necessidades e interesses de sua classe social (BULGARELLI E ALMEIDA, 1987, p.35 apud OLIVEIRA, 2004, p. 94).

O trabalho do educador social de rua requer, portanto, uma postura crítica. A dimensão política assumida no trabalho dos educadores sociais de rua, provocando nas ruas reflexões das visões de mundo, compreendendo a qual classe cada sujeito pertence, construindo espaços para participação crítica da criança e do adolescente para coletivamente construir propostas e compartilhar saberes são ações que implicam diversas mediações. Se por um lado atua a necessidade de transformar a realidade, de outro há a pressão do Estado, dos “cidadãos de bem” e das “boas almas”, como forças constantes que buscam manter a ordem, a “limpeza”, a distância das cenas que evidenciam as contradições e disparidades do sistema capitalista.

O tripé humano – artista, operário e revolucionário – está pronto. Conselhos de administração com mais de oitenta membros (dos quais trinta “relicários” e dez “honorários”), dispensamos.

Quanto às borboletinhas benfeitoras que voltejam, voltejam na noite tempestuosa do capitalismo católico, se por acaso avançarem na leitura até aqui, aviso-lhes que faltam braços no catecismo e, caso sejam “sinceras”, que os lares de grandes anormais precisam de serviçais devotadas.

Todo esforço de reeducação não sustentado por uma pesquisa e por uma revolta cheira muito rapidamente a trapos velhos ou a água benta

contaminada. O que queremos para esses moleques é ensiná-los a viver, não a morrer. Ajudá-los, não os amar (DELIGNY, 2018, p. 113).

A Educação Social de Rua foi certamente impulsionadora das políticas públicas. Embora seu auge tenha ocorrido na década de 80, contribuiu para a concepção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado somente em 2005. Considerado uma implementação tardia em relação às demais políticas sociais, o SUAS é organizado pela complexidade das ações e atendimentos necessários às garantias mínimas. Dentre os diferentes níveis de complexidade da proteção social, programas e serviços de referência para diferentes segmentos da população, o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua se localiza na proteção social de média complexidade do sistema, vinculado ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e na atuação do Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua de Crianças e Adolescentes, exercício pautado na ESR.

Apesar de a Política Nacional de Assistência Social ter sido implementada em 2005, apenas em 2017 foi proposta uma normatização específica para a atuação dos educadores sociais de rua, a Resolução 187 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que prevê Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua:

Objetiva-se, com esta publicação, mostrar como a atuação de educadores sociais pode fortalecer o funcionamento adequado de serviços, programas e projetos para crianças e adolescentes em situação de rua e a dimensão da garantia de direitos e da proteção integral previstas na Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entende-se por Educação Social de Rua uma proposta pedagógica educadora, política e promotora de direitos que objetiva construir e manter vínculo de cuidado com crianças e adolescentes em situação de rua e seus familiares, utilizando ferramentas pedagógicas, sociais, institucionais e conexões estabelecidas no meio comunitário, que apoiem e fortaleçam a inclusão social deste público.

Enquanto prática, a Educação Social de Rua pressupõe relação e diálogo com o público atendido, com o território e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que é composto pela articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para a prevenção, promoção, defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente nos níveis federal, estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2017).

A atuação dos Educadores Sociais de Rua no Brasil ocorre em projetos sociais e também articulada com o Sistema de Garantia de Direitos através do CREAS, pela execução do Serviço Especializado em Abordagem de Rua de Crianças e Adolescentes, que nem sempre é executado diretamente por servidores públicos.

Os dados sobre os agravos das condições sociais de vida no país, expostos por Oliveira e Graciani, são informações preciosas. Muito além de descrever e conceituar acerca do tema, instigam educadores sociais de rua, pesquisadores e quaisquer profissionais implicados com a compreensão da realidade para atuar com precisão e planejamento, a investigar qual o contexto que produz e reproduz as expressões da desigualdade social, como a situação de rua de crianças e adolescentes.

Atualmente no país, o contexto da miséria, desigualdade, desemprego e desinvestimento em educação são dados concretos da produção de uma massa de crianças e adolescentes que buscam na rua sua sobrevivência. Segundo o IBGE (2017), 54,8 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, são 26,5% da população sobrevivendo com renda familiar equivalente a R\$406,00 (ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir a situação de pobreza). O desemprego no primeiro trimestre de 2019 chega a atingir 13,4 milhões de pessoas.

A ONG britânica Oxfam (OXFAM, 2017) divulgou que os 6 brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que a metade mais pobre do país, mais de 100 milhões de brasileiros.

Considerado o alarmante cenário apontado, o fortalecimento de práticas compromissadas com a reflexão, articulação e atuação para lidar com as contradições

da realidade é de extrema urgência, compromisso a ser assumido também por educadores sociais de rua.

2. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

O juiz Eduardo Rezende Melo, na obra *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Direitos Humanos e Justiça – Uma reflexão crítica sobre a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua e o sistema de justiça no Brasil* (2011), resgata e organiza esta categoria de estudo de uma forma muito elucidativa. Em seu estudo, utiliza como fio condutor o conceito de menor, para compreender este fenômeno histórico-social. Até o século XIX toda criança e adolescente se enquadrava na categoria dita menor. Aos poucos, passou-se a atribuir esta categoria aos órfãos e aos sem educação formal.

As crianças e adolescentes provenientes das classes populares, os expulsos das escolas, os que viviam a miséria, todos esses carregam a cristalização da denominação “menor”. O termo referido vem pautado “*todos por uma idéia de reforma social e moral dos indivíduos sob os princípios da Psicologia, Psiquiatria e da Educação*” (MELO, 2011, p. 16), separando o normal do patológico.

Um tripé fundamental nessa passagem é a união da lógica da puericultura, do modelo protecionista dos EUA e da noção lombrosiana³, lógicas que não consideraram o sistema político e econômico como determinadores das condições e diretos da vida humana. Um importante jurista brasileiro, Tobias Barreto, equipara a situação dos menores com a situação dos loucos, uma vez que ambos são considerados “*desprovidos da consciência do dever e, por conseguinte, propensos ao crime e irresponsáveis*” (Barreto apud MELO, 2011, p.16).

Este processo normalizador tinha uma natureza sanitária e política, pois ao mesmo tempo que buscava lidar com o abandono das crianças da classe

³ Cesare Lombroso colocava principalmente as características biológicas como definidoras do “delinquente nato”.

trabalhadores procurava “*reduzir a capacidade sociopolítica dessas camadas, rompendo vínculos iniciativos adulto/criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias*”(Ibid, p.17).

Há uma lógica que precisa estar muito clara: desde o “Código Mello Mattos”, de 1927: para as chamadas crianças, a escola e a família são o caminho para o controle da socialização. Para os ditos menores, as instâncias de controle penal são o caminho para o controle da socialização.

A ascendência dos movimentos sociais críticos, principalmente marxistas e feministas, foram fundamentais para a embrionária construção de outra lógica: defendia a lógica protetiva, mas considerava fundamentalmente as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, instituindo os famosos “3P’s”: promoção, proteção e participação.

Lucia Rabello de Castro, brasileira teórica da infância, em seus estudos problematiza veementemente o lugar da criança e do adolescente na sociedade:

Quando pensamos em direitos das crianças e jovens, devemos questionar para onde essa concepção nos conduz. Seria ela favorecedora de que crianças e jovens se tornem sujeitos da própria história? Pois, o processo de se constituir como sujeito da história deveria conduzir a que crianças e jovens pudessem lutar para encontrar seu próprio lugar no cenário público, e fazer valer sua própria voz – e não aquela suplementada pela voz dos adultos. Outorgar direitos às crianças e aos jovens pelos adultos não necessariamente potencializa o lugar de fala e visibilidade própria desses atores, porque é que se fazem e se constroem os direitos, tanto os direitos na história que achamos que devem existir, ou os outros, que começamos a perceber como sendo obsoletos, exorbitantes, ou discricionários. Sujeitos da história são aqueles que, retrospectivamente, estariam descentrando a sociedade, recompondo seus vínculos, introduzindo transformações. (CASTRO, 2008, p.15)

Se no campo da infância e da adolescência, no geral, se encontram concepções que subalternizam esses sujeitos, como se ainda não fossem sujeitos de

direitos, precisamos nos rever muito mais quanto às crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil:

(...) são apenas crianças que tentam, desesperadamente, sobreviver. Sua ida para as ruas pode ser vista como uma tentativa lógica de garantir essa sobrevivência. Em casa, na favela, sem escola, sem apoio do Estado, são condenadas a uma vida sem sentido e sem valor. A rua é uma saída, uma tentativa, um meio de escapar ao destino cruel e monótono que lhes é oferecido no recesso da pobreza. Por isso, a ida para a rua pode ser vista, a partir dessas considerações, como uma forma positiva de resistência, um sinal de que o que pode ainda existir de criativo, de esperança e de produtivo nesses filhos de nossos pobres ainda não morreu. Neste sentido, e como fenômeno social, a ida para as ruas pode, ainda, representar uma forma de resistência cultural, um sinal de que ainda existe uma vitalidade e uma dignidade nesses seres humanos, que se recusam a aceitar o papel que lhes é dado por seus opressores (OLIVEIRA, 2004, p.88).

Os elementos trazidos por Eduardo Rezende Melo, Lucia Rabello de Castro e Walter Ferreira de Oliveira apontam para a necessidade de compreender e construir processos nos quais as crianças e jovens possam, de fato, discutir, refletir e opinar sobre suas vidas. Legitimar e reconhecer a resistência que carregam, seus pensamentos, falas e ações são imprescindíveis.

A Resolução Nº 187, DE 23 DE MAIO DE 2017 do CONANDA (BRASIL, 2017), é pilar fundamental para desenvolver experiências pautadas no trato com o outro como um *“legítimo outro na convivência”* (MATURANA, 1998), pois a lógica da obediência e da exclusão nega completamente o outro como legítimo. A resolução enfatiza que a criança ou adolescente tem direito à livre adesão ao processo educativo nas ruas, sem tutelar ou falar por ele o que ele precisa, para construir com o outro um processo de transformação da sua vida.

Dada a necessidade de compreender o contexto para projetar qualquer atuação, o CONANDA e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável, elaborou uma pesquisa para nortear as políticas públicas, na qual

identificou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua em 75 cidades do país, com mais de 300 mil habitantes (Portal dos direitos..., 2019).

O estudo encontrou, ainda, que a faixa etária predominante destas crianças e adolescentes em situação de rua é de 12 a 15 anos (45,13%); quase metade se declarou parda (49,2%) e 23,6% se declararam negros, totalizando 72,8% dessa população.

Ademais, do universo total de crianças e adolescentes identificados, 59,1% dormem na casa de sua família e trabalham na rua; 71,8% são do sexo masculino; 13,8% desta população não se alimentam todos os dias (chegando a 28,4% para aqueles que dormem na rua).

De 6 a 11 anos, 38,9% não estudam atualmente, e entre 12 e 17 anos o valor aumenta para 59,4%. Mais de 35% exercem atividade remunerada, sendo vendedores (39,4%), cuidadores de automóveis e limpadores de vidros (19,7%), separadores de materiais recicláveis (16,6%) e engraxates (4,1%). Quase um terço das crianças e adolescentes em situação de rua costumam pedir dinheiro ou alimentos para sobrevivência (29,5%).

Os resultados da pesquisa ainda apresentam que 36,8% já foram impedidos de entrar em algum estabelecimento comercial, 31,3% de entrar em transporte coletivo, 27,4% em bancos, 20,1% em algum órgão público, 12,9% de receber atendimento na rede de saúde e 6,5% de emitir documentos.

Os dados apresentados nos auxiliam a compreender as principais características de crianças e adolescentes em situação de rua, denunciando direitos básicos violados e, anunciando como conclusão à que chegou a pesquisa de que a pobreza é a maior produtora da situação de rua de crianças e adolescentes.

3. Relato de Experiência

3.1. Contexto

São Vicente é uma das cidades da região da Baixada Santista, litoral sul de São Paulo, que tem como centro o município de Santos. A maioria da população de São Vicente a utiliza como cidade-dormitório, mas trabalha em Santos ou no polo industrial de Cubatão.

Com exceção das regiões de centro e orla da praia, as condições de vida da população são precárias, e sobressai a quantidade de pessoas vivendo em palafitas nos manguezais e na constante expansão sem saneamento básico na região continental da cidade. O território do Sambaiatuba, centro da experiência a ser relatada, é o antigo lixão da cidade. Renomeado como parque ambiental, ainda é uma zona de risco, excedente contaminação e sem estrutura de saneamento básico.

O Instituto Camará Calunga surgiu em 1997, em São Vicente, oriundo da articulação de trabalhadores e militantes do campo da infância e da Luta Antimanicomial. No início, o trabalho da instituição era voltado à situação de exploração sexual de crianças e adolescentes. Com o passar dos anos e das experiências, coletivos de formação, coletivos culturais, coletivos de convivência e participação em conselhos de direitos foram dando forma à organização, que sempre esteve articulada à população dos territórios do município.

No ano de 2015, O Instituto Camará Calunga escreveu uma proposta para a Secretaria de Assistência Social e iniciou a execução do Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua. A proposta era para a população em geral, com toda a paixão de João do Rio, em sua obra *A Alma Encantadora das Ruas* (2008) e alinhavado com a proposta da política pública.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (...)

A obscuridade da gramática e da lei! Os dicionários só são considerados fontes fáceis de completo saber pelos que nunca os folhearam. Abri o

primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei *in-folios* especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! [...] Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos mediócrs, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...] A rua é generosa. O crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela. [...] A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (DO RIO, 2008, p.28, 29, 30).

No final do ano de 2016, com um ano de trabalho, a instituição foi chamada pela prefeitura e acordaram voltar sua atenção exclusivamente para o campo da infância e adolescência, passando a executando no ano de 2017 e 2018 o Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua de Crianças e Adolescentes.

Essa experiência forjou os educadores na medida em que exigia uma base teórica forte o suficiente para resistir à pressão higienista na cidade. Eduardo Rezende de Melo, Walter Ferreira de Oliveira, inúmeros cadernos do SUAS, documentos da ONU e resoluções nacionais, foram essenciais para a sustentação da prática, que se dava sempre na perspectiva de reconhecer e defender a rua como um território próprio, com efeitos e desdobramentos que perduram até hoje: os vínculos constituídos na trajetória vigoram até o momento atual.

A partir das ruas, entre crianças, adolescentes e educadores, a atuação passava pela participação em Assembleias Comunitárias⁴ nos territórios, articulações

⁴ Dispositivo da instituição para discutir a realidade e organizar ações coletivas. Acontece uma vez por semana em cada território, com duração de duas horas, entre crianças, adolescentes, familiares e educadores.

com serviços públicos e participação constante em conselhos municipais, afim de provocar a partir da experiência uma política pública mais condizente com a realidade. Periodicamente o trabalho era apresentado e discutido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social e em reuniões com equipes dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social, diretoria da média complexidade da assistência social e conselheiros tutelares.

A equipe contava com seis educadores, que se lançaram nesse trabalho com muita cumplicidade e compromisso, entre os pares e com os meninos, meninas e familiares vinculados.

São crianças difíceis, são crianças que experimentaram o delito. Os companheiros um tanto superficiais de que eu falava há pouco servem para as crianças que, ademais, têm bons laços afetivos.

Para as crianças oriundas de todas as misérias, é preciso companheiros de uma raça diferente (DELIGNY, 2018, p 126)

O convite para minha participação na composição da equipe de educadores sociais de rua se deu por conta da trajetória nas ruas da cidade como agente de redução de danos, também via Camará, e outras experiências de ações e organização coletiva. Desde a escrita da primeira proposta, participei ativamente da experiência. Os trabalhadores tinham as mais variadas formações, mas, em comum, um interesse: desenvolver um trabalho de vinculação e produção de experiências grupais para provocar a emancipação do campo da infância e da adolescência, provocando a cidade a repensar sua visão sobre este e convocando os meninos e meninas a um processo reflexivo acerca de sua própria vida.

3.2 A experiência

De segunda a sexta-feira, percorrendo as regiões centrais e visíveis do município, aconteceu um processo de mapeamento e aproximação, respeitando o princípio da “livre adesão”, como apontado na Resolução 187 do CONANDA. Um momento imprescindível para além do campo eram os momentos semanais de reunião de equipe, possibilitando trocas, reflexões e planejamento.

Observamos grande número de garotos que vinham do mesmo território (Sambaiatuba) e propomos um espaço semanal de conversa num dos pontos que concentrava os meninos, que trabalhavam nos arredores e em outros pontos da cidade. Como era no caminho de volta para o território, sendo o ponto de comércios que renderia mais retorno do trabalho cotidiano dos meninos, venda de balas e malabares, permitiu maior adesão.

Um instrumento fundamental para o início da vinculação com os meninos e discussão sobre seus direitos foi a mobilização para o Bloco Carnavalesco EURECA, criado pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR) em São Bernardo do Campo. Em 2006 o EURECA passou a ocorrer em São Vicente anualmente e em 18 de maio de 2015 conquistou a Lei Municipal 3329-A, que institui esta manifestação pelos direitos humanos de crianças e adolescentes no calendário oficial da cidade.

A discussão sobre a história do Bloco permitiu um vislumbre da potência da organização coletiva de meninos e meninas em situação de rua. Na atuação diária realizamos rodas de conversa, nas quais dialogávamos sobre diversos temas, como por exemplo no trabalho de campo realizado no dia 22 de março de 2017:

Eles perguntaram o que, exatamente, nós fazíamos.

Expliquei que somos do Camará e convivemos nas ruas com crianças e adolescentes sozinhos ou em grupo. Eles perguntaram que tipo e coisa agente fazia com as pessoas.

Expliquei que a partir da relação que agente estabelece procuramos garantir direitos que foram violados. Falamos sobre a diferença de CREAS e CRAS. Eles perguntaram se o CREAS era que nem o Conselho Tutelar, que não quer ver eles na rua, e fomos conversando que o CREAS é para atender quando um direito é violado, por exemplo quando uma mulher apanha do marido, quando uma criança fica sem família morando em várias casas: e nesse momento foi muito interessante porque contamos do adolescente que viveu em várias casas e construímos com o CREAS uma forma de ele poder ficar com a família de referencia sem ser abrigado antes.

Perguntaram o que estava escrito no meu caderno. Abri o caderno e fomos lendo trechos juntos. Por exemplo, alguns nomes para lista do futebol e circo, alguns nomes de pessoas que estavam sem escola e anotações de propostas de trabalho. Sobre este último, quiseram entender melhor.

Expliquei que nossa proposta tem a ver com construir um caminho inverso: em vez de dizer a eles o que eles podem ou não fazer, queremos fazer diários, vídeos, fotos, do que eles acham do lugar em que vivem, da escola, etc. E que isso é algo que também vamos fazer com crianças e adolescentes de bairros como Quarentenário e Vila Margarida, porque se os problemas forem os mesmos isso vai dar força pra gente lutar pelos direitos de uma forma mais organizada, de exigir que promotores e prefeitura se responsabilizem pela condição de vida da população.

Eles se animaram demais com a proposta e semana que vem precisamos levar os materiais para começar esse diário.

Voltamos a falar do CRAS, lugar que concede benefícios e que tem grupos de convivência. Maurício disse que está há um ano fora da escola e queria muito voltar a estudar.

Perguntei o porquê e ele disse que não havia vaga, que quando saiu do 5º ano não conseguiu vaga em escola que tivesse 6º e a mãe dele desistiu. Este ano ele conta que ela foi atrás de vaga e não conseguiu de novo.

Perguntei se ele queria ajuda pra conseguir vaga. Ele disse que sim e passou os dados. Falei que temos uma pedagoga da prefeitura que nos ajuda com isso, e que vou passar os dados pra ela correr atrás. Neste meio tempo ele vai conversando com a mãe e conseguindo a vaga ela realiza a matrícula. Perguntei em qual escola ele quer estudar e qual é mais perto, porque ele tem o direito de estudar na escola mais próxima e ele disse qual era.

Fomos nos despedindo dessa noite, que deu animo em todos nós". Diário de Campo, Vanessa Salgado.

Com um ambiente de confiança estabelecido, começamos a organizar uma expedição cultural: metodologia do Instituto Camará Calunga para ampliar o repertório cultural e possibilitar vivências culturais que provoquem outras referências de mundo para os participantes. O lugar escolhido era o “Circo dos Sonhos”, na cidade Praia Grande. Foram muitas as rodas de conversa para organizar essa ida, articulação com as famílias e discussão nas reuniões de rede sobre o sentido e importância da ação.

Chegou o tão esperado dia, que para os meninos parecia ainda muito incerto, uma vez que era neste momento que provaríamos ou não se sustentávamos a construção que fizemos. Segue relato do dia 26 de março de 2017:

“Acordei com a chamada da Viviane, mãe do Ricardo. Retornei a ligação e ela disse que não sabia o que fazer “porque a autorização tá assinada e sumiu, aí o Ricardo tá se esgoelando e eu não sei o que faço”. Disse a ela que não tinha problema fazer à mão, estruturamos juntas o texto e nos despedimos.

Fomos juntos, os 4 educadores, para o ponto de partida, quase que numa concentração de um time de futebol.

Chegando ao ponto de encontro com os meninos, Teresa (que trabalha na administração e foi levar os lanches) já estava lá. Eduardo, Paulo, Ricardo, Cícero, Juan, Rafael, André, Kauan, Sandro, Enzo e Júnior também. Destes, somente Júnior não foi para o circo “porque tô descalço, sem camisa e não sei onde deixar a bicicleta” disse ele.

Gabi (educadora) e eu fomos comprar algumas águas e André nos ajudou a empacotar. Todos muito ansiosos e um tanto dispersos, nos juntamos numa roda para fazer os combinados para o dia.

Questionados sobre o que precisaríamos deixar combinado, os meninos propuseram “não xingar, não bater, não ficar folgando, não sair correndo”. Propus que durante o dia nós não deixássemos ninguém para trás, que ficássemos de olho uns nos outros. Carla(educadora) disse que se alguém precisasse sair para banheiro que combinasse com um dos educadores.

A van não chegava e já eram 15:20 (o espetáculo começava às 16h). Neste meio tempo Sandro e Juan perguntaram separadamente sobre minha cicatriz (Juan elencou algumas possibilidades, como cair da moto, da bicicleta, do telhado... e eu disse que foi mordida, e então ele ficou em dúvida entre jacaré e tubarão).

A van havia chego e todos estavam dentro, menos eu e os educadores Gabriel na porta e Gabi que foi atrás do Enzo. Disse aos meninos que contava a história da cicatriz quando entrasse na van e como estava demorando, fui chamar Gabi e Enzo.

Gabi disse que Enzo não queria ir mesmo.

Também conversei com ele, que disse que a mãe falou que se ele não fizesse R\$20,00 pra tirar foto 3x4 ela não ia matricular ele na escola, então precisava trabalhar e que o Eduardo ia zoar muito ele se ele fosse do jeito que estava. Pedi que confiasse na gente pra cuidar da possível briga e me ofereci para ir com ele tirar a foto no dia seguinte. Fomos então para a van.

Perguntei ao motorista se ele conseguia chegar até as 16h lá e ele disse que achava que sim. Perguntei quantos anos tinha quem era mais novo, e respondendo “10 anos”, contei a história da minha cicatriz, obtida aos 8 anos de idade.

Depois no caminho fomos papeando em grupos.

Chegando ao Circo, fomos para a fila de entrada.

Distribuímos os convites. Kauan começou a provocar “dá o meu ou vou causar, quero ir logo”. Disse a ele que então ele entraria por último, comigo, lembrando nossos combinados.

Nos organizamos para comer, sendo que 5 pessoas não queriam pipoca e fizeram o grupo do cachorro quente. Compramos as pipocas, refrigerantes e cachorro quente e partimos para o espetáculo. Ricardo perguntou se a gente ia mesmo gastar dinheiro com eles, meio incrédulo meio tentando entender (o que foi retomado em alguns momentos de forma grupal).

O espetáculo havia começado já há uns 5 minutos. Sentamos todos bem próximos, ao meu lado estava o Ricardo (pediu pra ficar do lado).

Foi realmente mágico! Eram malabares, acrobacias, aéreos, palhaçadas e pirofagia que nos captavam por inteiro. Ricardo, quando aplaudia, abria os braços bem afastados antes de bater a palma, quase como se o corpo todo aplaudisse. Eduardo, Enzo e Rafael em vários momentos também chamavam pra dizer algo sobre algum dos movimentos.

Como Ricardo é o mais baixo em altura do grupo, sentou entre dois bancos para conseguir assistir. Percebeu que estava colado em mim e perguntou timidamente “tia, pode encostar em você?”, disse que claro que sim.

Chegado o intervalo do circo, fomos ao banheiro. Só Paulo quis ficar (vidrado no picadeiro). Quando entrei no banheiro, que ficava com as costas colada nos banheiros masculinos, ouvia a briga entre banheiros: Eduardo – “para de me prender no banheiro, vou contar pra tia”; André – “mas me prenderam também”; Kauan – “alguém me solta”. Soltei um “to aqui já” e dei risada.

No lado de fora o próprio grupo foi chamando atenção uns dos outros pra não prender ninguém no banheiro, lavamos as mãos e eu fiquei pra trás. Ricardo e Rafael vieram e disseram “agente vai te esperar, porque não é pra deixar ninguém do grupo pra trás”....e treinamos malabar com as pedras daquele chão.

Voltamos à lona, mais ansiosos agora que o trapézio e a lira estavam montados.

Nos realocamos mais próximos uns dos outros e a última parte do espetáculo não foi com menos emoção.

Como atrasei um pouco meus passos no retorno para perguntar a uma das trabalhadoras que ficam orientando por onde andar e etc, sobre a possibilidade de conhecer o malabarista, ela veio no meio da segunda parte para falar que era melhor procurar alguém de camisa vermelha no final, que era sim possível conhece-lo.

Findado o espetáculo, como combinamos de esperar que todos saíssem para nos retirarmos, o grupo permaneceu sentado. Saí correndo para procurar alguém com a tal da camisa vermelha. Mas um segurança me parou, perguntou o porquê que queria achar alguém com a camisa vermelha. Expliquei e ele disse “o próximo espetáculo começa em 20 minutos, os artistas não podem sair da concentração agora” e coisas do tipo.

Encontrei a menina que havia falado comigo e ela disse “vai pro trás da lona que você consegue”. Um outro homem estava na contenção da passagem. Comecei a conversar com ele e avistei o malabarista arrumando a parte de trás da lona. Cortei a conversa com este homem e fui falar com o malabarista.

Expliquei que estávamos em grupo, com crianças e adolescentes que usam do malabar para sobreviver e que seria muito massa conhecer ele, uma vez que encantou a todos pelas habilidades e dedicação com os malabares. Seu nome era Tiago. Como estávamos na lateral contrária da que estava o grupo, ele sugeriu que eu pulasse o picadeiro por dentro e ele iria por fora, passando por trás.

Corri pulando o picadeiro e encontrei o grupo. Disse que o malabarista estava dando a volta e logo nos encontramos, atrás da lona. Segundo Eduardo foi bem a tempo “que já queriam que agente saísse”.

Embora breve, foi intenso e muuuito legal este encontro. O malabarista Teobaldo assistiu o Enzo fazendo o que sabia com seus limões e elogiou alguns movimentos que sabe que são mais difíceis. Sandro e André também quiseram fazer. O Teobaldo pegou os limões e ele mesmo fez alguns movimentos. Falou da importância da dedicação pra melhorar na técnica.

Tiramos fotos juntos e nos despedimos.

Enquanto esperávamos nossa van vir buscar, fizemos malabares e segunda altura (que é quando um fica em pé em cima do outro) e conversamos sobre a tarde.

No caminho de volta, como o motorista (Danilo) tirou os lanches do lugar que os meninos deixaram começou um conflito sobre quem pegava o que. Decidimos dividir tudo, uma vez que não se sabia mais de quem era o que.

Paulo comentou, quando passávamos em frente ao “teatro de São Vicente”: olha como é fácil saber que chegamos, já da pra ver que tem abandono e lixo.

Chegamos ao nosso ponto de partida e de chegada: a esquina do Extra. Descendo da van, já começou a se instaurar o tenso, intenso e extenso conflito, que durou mais de uma hora com o grupo.

Foi como se pisar aquele chão tivesse desfeito os tratos que fizemos para a saída.

O estopim até agora não sabemos explicar qual foi, mas basicamente a extensão de xingamentos e zoações que sempre envolvem ofender a mãe, a religião, o cabelo, o cheiro ou a cor. Dessa vez iniciado entre Kauan, Paulo e Ricardo (que saiu) e que foi envolvendo cada um do grupo, na defesa ou no ataque.

Chamamos Ricardo mas ele estava muito, muito bravo. Disse ao grupo que agente continuasse, deixássemos ele no tempo dele. Começamos a avaliar o dia, em roda. André começou dizendo que ele rompeu o combinado, porque correu na frente do grupo. Outros fizeram o mesmo movimento, de assumir como foi sua postura no dia.

Kauan, Eduardo e Paulo sustentaram uma postura de deboche e provocação por bastante tempo. A de Kauan só começou a quebrar quando percebeu que quando xingou a mãe de Cícero e Ricardo ofendeu também outras pessoas do coletivo, porque se referia à identidade de cor e de religião.

Ricardo se aproximou do grupo, com uma ira que tomava todo seu corpo. Apontava e proliferava xingamentos “pau no cu, viadinho”, coisas do tipo. Gabi tentou se aproximar e Ricardo empurrou seu braço. Fui ao seu encontro e perguntei se em algum momento lhe faltei com respeito, e este disse que não (sem conseguir olhar em meus olhos). Perguntei se ele queria conversar ou sair, porque ficar provocando não ia rolar. Ele disse que ia ficar ali e esperar pra sair na porrada. Disse a ele que não sairíamos até entender juntos o que estava acontecendo e que ele podia ficar por perto e falar quando tivesse mais a vontade.

Ele chamou o Paulo e exigiu que devolvesse a camisa que vestia (Ricardo foi com duas camisas e emprestou uma para o Paulo, que não tinha camisa). Paulo tirou a camisa sem falar nada.

E já começaram novas preocupações. Ricardo acusou Paulo de não ter palavra, de não pagar dívidas. Começou a falar da bola que ele fureu e não pagou. Juan interveio, dizendo “fui eu que furei, e não ele”. E teve que repetir com muita ênfase até findar este assunto.

Os meninos apresentaram nessa roda conflitos que carregam há muito tempo, o que foi o primeiro momento em grupo de olhar para o conflito com nossa presença.

Ricardo chorava de ódio. Paulo ainda estava debochando e falou “ah, se zoarem meu cabelo eu nem ligo”.

Falei pra ele que seu cabelo era liso, sua pele era branca e nem por isso ele estava menos ferrado do que qualquer um ali. Que faz diferença carregar a história na pele e ser ofendido o tempo todo, mas que quando agente xinga alguém de fedido e deixa de olhar pro lugar que se vive que nem água tem agente está sendo injusto com agente mesmo, que se agente não se juntar e ficar se matando entre agente vamos continuar sendo os mesmos ferrados, gastando tempo machucando uns aos outros. Paulo mudou de postura até o fim da conversa.

Foi uma conversa duradoura, com muitas pausas para que pudéssemos nos ouvir.

Reconhecemos que tivemos uma ótima tarde, mas que para sairmos de novo juntos precisaríamos conversar mais. Propus que fizéssemos algumas conversas na sede do Camará, todos toparam aos poucos (Kauan foi o mais afirmativo) menos Eduardo, que ficou dizendo que era ou o Ricardo ou ele.

Disse a ele que essa regra quem estava fazendo era ele. Pedi que pensasse com mais carinho antes de falar, porque ali ninguém estava obrigado e que o que queremos é ter um espaço pra pensar no porque agente age como age e poder tentar ser melhor. Ele insistiu: ele sempre faz isso tia, não aguenta a zoação e explode, chora, quando me chamam de rosquiél eu também não gosto, mas aguento.

Falamos da diferença que é a zoação que traz um sofrimento mais profundo. Que agente precisa entender que fomos arrancados da África, trazidos para ser tratados como escravos e quando fomos “libertados” não nos davam trabalho, surgiram as favelas, que nossa cor e a religião são desrespeitadas até hoje. Precisamos conhecer nossa história, saber de onde agente vem, de onde vem o ódio e a intolerância, que muita vezes só perpetua ações sem sentido para quem quer lutar por um outro mundo.

Nos chamou ainda a atenção o jeito de falar de Cícero, irmão do Ricardo. Com três anos a mais que seu irmão, ele é de uma calma incrível. Falou que tinha se sentido

desrespeitado também e que ofender a mãe é grave e que não é a primeira vez, que sempre zoam o irmão pela cor, cabelo e religião.

Falamos, repetimos, enfatizamos e discutimos que se o Ricardo não gosta de ser chamado de Cara Preta e que não é mais aceitável trata-lo por esse nome e sim pelo seu nome.

Fechando nossa conversação, com a tensão ainda no ar, ficamos com o combinado de pensar o dia do nosso encontro.

Chamei Eduardo de canto. Disse a ele que gosto muito dele e por isso quero que ele seja o melhor que pode ser. Retomei a importância de pensar antes de decidir, e falei que é difícil mesmo agente agir de um jeito diferente do que agente é criado pra ser, mas que se não o fizermos nada muda nunca. Ele quase chorou, não quer parar de participar do projeto, diz ele.

Nos despedimos de cada um (Juan e seus 3 abraços para cada um), Eduardo e o combinado do dia seguinte e foram se dispersando, sem a anterior iminente pancadaria”. Diário de Campo, Vanessa Salgado.

Este processo foi avaliado em seguidas rodas de conversas semanais junto aos meninos. Fizemos um calendário em uma das rodas, onde colocávamos as datas das rodas de conversa. Alguns dos meninos não sabiam ler e escrever, escolheram o símbolo do peão e desenharam nos dias de encontro, pois a “febre” do momento eram nossas disputas e trocas de saberes com peões⁵ que carregávamos sempre conosco.

Os meninos e as famílias ficaram muito ansiosos por nossos encontros marcados, mas ainda mais pelo dia de conhecermos seu território. Os garotos começaram a organizar nossa ida ao território, ação também discutida na rede (entre CREAS, Diretoria da Média Complexidade da Assistência Social, PETI – Programa de

⁵O jogo de peão foi um elemento importante no trabalho. Todos os educadores andavam com peões e os meninos também, desenvolvendo habilidades, trocas de saberes e atribuindo significados para nossos encontros.

Erradicação do Trabalho Infantil e nos conselhos CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social). A ida ao território aconteceu no dia 01 de agosto de 2018, discorrido no diário de campo que segue:

Acordando para um dia tão esperado, recebendo ligações dos meninos para confirmar nossa ida e salientar que precisávamos ir de roupa suja, o dia começou.

O trajeto foi pensado pelo grupo dos meninos, o combinado era nos encontrarmos as 13h no Extra do Guassu com uma parte do grupo enquanto outra parte nos encontraria na entrada do Sambaiatuba.

No período da manhã tivemos uma reunião com CREAS Área Insular e PETI. Esta reunião foi desdobramento de um pedido da técnica Camila, que chegou agora no serviço e queria passar dois casos. Respondi a ela que precisávamos fazer uma discussão coletiva dos trabalhos com os territórios e não somente a discussão de dois casos....

Nos atrasaríamos um pouco, por conta da extensão da reunião da manhã e avisamos os meninos.

Chegando ao ponto de encontro vi Rafael, com um largo sorriso em cima de sua bicicleta fazendo manobras entre os carros. Ele, Eduardo e Enzo estavam saindo de bicicleta e disseram que voltavam para nos encontrar.

Em nosso ponto de encontro estavam Jeferson, Sandro e Gustavo. Destes, somente Gustavo estava trabalhando no sinal. Sandro logo explicou o porquê: “ele estourou o pneu da bicicleta e não é minha, é da minha irmã. Meu padrasto é muito bravo, então eu vou dar dois reais e ele faz dois reais, aí agente arruma a bicicleta”. Um tempo passou e Gustavo havia feito só um real no sinal, completamos o um real e seguimos juntos pela avenida do Guassu.

No caminho os meninos encontraram conosco e se juntaram a nós. O telefone toca. Era Juan, querendo saber por qual entrada nos íamos, para poder nos encontrar.

Passei o telefone para Jeferson e Eduardo, que sabiam o trajeto. Eles combinaram o ponto de encontro.

Chegando na entrada, faríamos uma parada mas os meninos disseram que naquele lugar era ruim de parar, porque se a polícia chegasse ficaríamos no meio de um confronto. Andamos um pouco e paramos, esperando os outros meninos chegarem.

Na entrada, alguns conflitos. Parte do grupo queria fazer um caminho “por fora” e outro um caminho “por dentro”. Os argumentos utilizados eram de que “não ta devendo, tem que ir por dentro”. A decisão de ir por dentro foi tomada pelo percurso de casas a visitar, feito pelos meninos.

Andando pela entrada, Jeferson apresentou a viela 1, explicando onde davam os becos.

A primeira casa que visitamos foi a do Enzo. Talita, sua mãe, nos recebeu com muito ânimo. Disse que o Enzo falou da gente, mas que das saídas que fizemos juntos ele avisou da maioria só depois de acontecer.

Explicamos nosso trabalho e ela relatou a tentativa de matriculá-lo em duas escolas, sem sucesso. Para uma de suas filhas só conseguiu a vaga por “firmar o pé”, chamar a diretora e dizer que tinham que dar a vaga e não esperar o Conselho Tutelar ir em sua porta para reclamar que os filhos estavam fora da escola.

Apresentou para nós todos os seus filhos. Além do Enzo, precisa de creche para uma de suas filhas. Também quer garantir o direito ao Bolsa Família. Passou os dados, topando se organizar coletivamente com outras mães com a mesma dificuldade. Essa é uma das poucas famílias que não vão ser removidas para o conjunto do Tancredo.

Seguimos nosso percurso. Passamos em frente a casa da vó do Enzo, onde Jeferson e Eduardo quiseram gritar para pedir doce ou algo do tipo. Enzo havia pedido que não tomassem tal atitude, então chamei-os para se juntar ao grupo e respeitar o desejo dele.

Sobe outra viela, passamos em frente à casa do André e seguimos até o alto do Sambaiatuba. Tem um campo maior, onde a expectativa era brincarmos de

passaporte. Outras duas quadras menores. Do outro lado tem a sede da cooperativa e um pouco depois a concentração dos lixos recicláveis da cooperativa.

Em todo o percurso havia muitos cantos cheios de lixo.

Fizemos uma roda para organizar a ordem de cada visita.

Maurício disse que não queria que todos fossem à sua casa. Essa questão foi conversada no coletivo, pois outras pessoas poderiam ter desejos ou necessidades do tipo. Para ir a casa dele, optou pela presença dos educadores. Gabi ficou na roda com o grupo. Eduardo pediu que, quando fossemos em sua casa, cuidássemos do volume da voz, para não acordar Antonio, seu irmão mais novo.

Na casa de Maurício, muita organização. Sua mãe, Amélia, estava à nossa espera. Uma senhora tímida, nos recebeu com muito carinho. Agradeceu pela vaga na escola que conseguimos. Aproveitei para explicar que a vaga não foi conseguida por nós, mas pela rede. O PETI que conseguiu e foi uma possibilidade de discutir um pouco sobre a rede.

Ela trouxe a preocupação com a mudança para o Tancredo e a possível evasão escolar provocada por esta. Convidamos Amélia a conversar disso coletivamente, com outras famílias que estão vivendo o mesmo. Ela quer se cadastrar no Bolsa Família, pegamos seus dados.

Maurício perguntou se queríamos ver seu quarto. Na meia porta do quarto, um aviso, em giz “Não entre, obrigado”. Brinquei com isso, disse “será que posso entrar mesmo?” ele disse, claro né.

Entramos em seu quarto, com uma cama, uma prateleira e um pôster da era do gelo “que tentei tirar as manchas mas não consegui”, segundo ele. Em sua prateleira, todos os brinquedos guardados alinhadamente.

Maurício é muito organizado com suas coisas e a casa num geral, o tempo todo com os olhos atentos ao encontro que acontecia. Fomos convidados por ele e sua mãe a fazer uma visita em uma segunda feira, que é o dia que sua irmã mais velha, Marlene, que cursa o último ano de serviço social está em casa.

Despedimo-nos e voltamos ao ponto de encontro com o grupo.

Chegando ao ponto de encontro, Sandro estava aos prantos. A camera da bicicleta não tinha concerto e ele estava desesperado. Rafael chamou ele para ir em sua casa, que podia ter alguma camera utilizável. Os dois foram nesta busca.

O grupo seguiu o trajeto combinado, que era ir em silencio à casa de Eduardo, depois Juan, Gustavo e Jeferson.

Na casa de Eduardo estava sua mãe e seus irmãos. Denise nos recebeu com muito carinho e cuidado. Ela possui um quintal amplo, aberto, com uma árvore grande e um balanço pendurado. Conversamos sobre utilizar esse espaço amplo para fazer uma roda com as famílias. Explicamos nosso trabalho, que ela vem acompanhando mais de perto (comparada a outras famílias). Compartilhou preocupações com seus filhos e alguns de seus posicionamentos, ao enfatizar que sabe que os meninos vão para o sinal, mas que ela não pede para eles fazerem isso nem aceita o dinheiro que trazem, que é de uso deles para as coisas deles. Que tem 7 filhos e dá um pouco para cada, quando pode.

Saímos de lá e fomos em direção à casa do Juan, que fica muito perto.

Chegando lá tanto ele quanto Manoel sumiram. Manoel sumiu e não o vimos mais, somente para dar um tchau no final de tudo. Juan estava “escondido” em cima do telhado. Fui ao encontro de sua mãe, sua irmã Ingrid ficou conosco. Os outros educadores também vieram, mas Gabi voltou para cuidar do grupo que estava no “quintal” de dona Sandra.

Sandra, mãe do Manoel, Juan e Iracema, é uma mulher que apresenta visivelmente um quadro de saúde complicado. Seus olhos estavam cheios de uma gosma branca, parecia que não nos enxergava. Ela disse que era por causa de uma doença que a Ingrid teve quando nasceu e era cega, que quando curou o médico disse que passou pra ela. Também se queixou de suas pernas, que incham muito, mas o médico diz que ela não tem nada. Falou que o “tio Cola” já tentou medico pra ela mas que não deu em nada, mas pelo menos tentou e não liga da gente tentar também. Parecia absolutamente sem desejos para com a vida.

Sandra contou que Manoel acordou bem cedo para tirar o lixo do caminho porque íamos visita-los (cena que consegui visualizar, tamanha expectativa Manoel

vinha apresentando e dado o seu sumiço). Falou que é muito ruim a relação ali com as crianças e outras mães, que sempre xingam ela e os filhos. Iracema, neste momento, encheu seus pulmões de ar e falou com muita firmeza “é isso mesmo, o Maurício xingou, a Danila xingou...”. Sandra disse que já foi falar com outras mães, mas elas “acham que filho delas é tudo santo”.

Também trouxe sua preocupação com Manoel, disse que ele largou a escola porque teve muito preconceito lá, mas ele não contou o porque para sua mãe, só decidiu não ir mais, há um ano atrás. Sobre a mudança para o Tancredo, embora essa família seja a que mora em piores condições sanitárias, não conseguiram ainda. Esta mãe trouxe que o “tio Cola” tentou fazer algo por isso também, mas “se não der não deu”. Para Juan é certa a mudança, como que se agarrasse nisso para seguir seus dias, sabe até o número de seu apartamento “o 53”.

O grupo no quintal começou a conflitar muito. Nos despedimos e seguimos em direção à casa de Melissa, Vítor, Gustavo e Ketleen (que está em São Paulo há alguns meses vivendo com o namorado, Júnior).

No caminho chamei a atenção de Enzo que atacou uma pedra em Eduardo provocando um corte em sua perna. Eduardo estava com Juan em cima do telhado. Conversamos que não dá pra gente se atacar o tempo inteiro, muito menos na primeira vez que andávamos juntos por aquele território. Os meninos estavam apresentando diversos conflitos no percurso, o que me pareceu uma chamada à presença e ao diálogo.

Chegando em frente à casa do Gustavo, sua mãe estava lá. Era seu aniversário, todos cantaram parabéns. Quando Gustavo e Carla se aproximaram da mãe, me retirei e fui ficar junto ao grupo, que estava aos gritos e cutucões.

Sentamos em uma pequena roda (era um caminho pequeno, o do beco, encontramos um ponto bem próximo à casa e sentamos lá). Os meninos e meninas se acalmaram e começaram a contar suas brincadeiras naquela parte do território.

Uma jovem de 18 anos se aproximou, contando que era a melhor amiga da Ketleen e estava com saudades. O grupo começou a contar um pouco do que já fizemos juntos e seguimos a conversa com cenas vivenciadas pelo grupo conosco e no território. Quiseram mostrar a casa do Ricardo, que era no final de um caminho

para baixo de onde estávamos. Seguimos para lá, de onde acenamos para os gêmeos e o irmão mais velho do Ricardo. Os educadores se juntaram lá embaixo e de lá seguimos.

A próxima casa pela qual passamos foi a do Jeferson. Recebidos por sua mãe, conhecemos também alguns de seus irmãos. Apresentamos um pouco do trabalho e também conversamos sobre a questão do Tancredo e sobre nossa proposta de organização coletiva para enfrentamento das violações de direitos humanos.

Há alguns passos, vi Sandro e uma mulher grávida. Ele ainda chorava. Me aproximei e me apresentei à sua mãe. Uma roda se fez. Ela disse que ele dá muito trabalho, que tentou mandar ele embora pro nordeste mas não conseguiu agilizar os documentos dele para isso. Ele é seu filho mais velho. Ela perguntou se nós dávamos roupas de bebe, fazíamos enxoval. Expliquei que não, que experimentamos um bazar coletivo e esta é uma experiência que pretendemos retomar, mas que nosso foco é articular a rede para o atendimento às violações de direitos e a organização dos nossos coletivos para formação, convivência e luta.

Saindo de lá voltamos ao alto do Sambaiatuba. Procuramos um lugar onde todos coubessem e nos sentamos em roda.

O grupo inteiro estava muito disperso e alguns muito agitados. Eduardo e Enzo principalmente. Começamos uma avaliação do que tínhamos feito até então. Parte do grupo queria muito que brincássemos no campinho de “passaporte”.

Discutimos sobre a importância da entrada no território, a alegria com a receptividade, a importância de nos organizarmos como grupo e sobre os conflitos que houveram no caminho.

Por diversas vezes paramos a conversa para voltar à discussão do desrespeito uns com os outros. Isso tomou a maior parte do tempo (sendo este mesmo o tempo que o grupo precisa, para discutir essas questões que apresentam e aprofunda-las) e não sobrou tempo para brincarmos. Isso foi analisado como um indicador do momento do grupo.

Precisávamos ainda resolver como faríamos para nossa atividade com o outro grupo do Camará e nossa próxima roda de conversa. O principal tensionamento era

a participação das meninas. Eduardo disse que não ia levar sua irmã, Danila, mas levaria Iracema e que todo mundo sabia que ela ficava de boa com ele. Juan se retirou da roda e foi para baixo da árvore. Seguimos a conversa mais um pouco, combinando dias e horários e fui ao encontro de Juan.

Era a segunda vez que ele se cortava em minha frente (na primeira, segurei sua mão e conversei para que não o fizesse, desta vez permaneci ao seu lado). Ele disse que não ia mais na roda e nem na atividade. Falei para ele que iria respeitar sua decisão, mas que era importante ele apresentar o argumento dele. Ele continuou a aumentar suas feridas, enquanto tomara ar. Olhou em meus olhos e disse “tia, eu quero matar o Eduardo. Só não peguei um pedaço de pau e dei nele por causa de vocês”. E explicou “ele levou minha irmã mesmo pra uma atividade, mas aí depois disso todo mundo ficou falando que ela chupou ele e que ela é puta”. Perguntei se ele não queria levar a irmã, e ele disse que “não, porque minha mãe me espanca por qualquer coisa, tudo ela acha que eu me envolvi com droga ou que fiz algo errado aí eu apanho”. Perguntei como ele achava que devíamos fazer. Ele propôs “só confio se for vocês pra levar ela”. Disse a ele então que poderíamos combinar que as meninas não fossem na roda mas que sua participação não ficasse impedida por isso e que no dia da atividade iríamos buscar Ingrid em casa e trazer de volta. Ele topou.

Voltei ao grupo e logo Jeferson questionou “porque disso? Porque pra elas pode?”. Muitos dos tensionamentos daquela tarde foram entre eu e Jeferson, e respondi “Sou educadora neste grupo e você e o grupo precisam respeitar isso. O Juan conversou comigo e tomamos a decisão de buscar as meninas e trazer, o que resolve nesse momento a questão do grupo. E por hoje será essa decisão, agente vai seguir conversando”. Também informei aos outros educadores a decisão e disse que depois conversaríamos sobre o porque naquele momento de agir assim.

Alguns meninos se ofereceram para levarem agente até o ponto de lotação, depois da saída do Sambaiatuba.

Ao meu lado foi Juan, que não soltou minha mão um segundo sequer. Ele e Maurício foram apontando coisas no caminho, como a casa do André, explicando que a menina que se balançava na árvore era prima dele, etc.

Juan disse “não vou soltar sua mão até agente chegar no ponto da perua”. Disse a ele que poderia segurar em sua mãe em uma caminhada até São Paulo que não me cansaria. Afinal, juntos caminhamos maiores distancias mesmo. Ele também segurou a mão do Gustavo.

Chegando ao ponto de lotação, na hora de entrar, Juan não soltava. Olhei para ele e disse com segurança que poderia soltar, que agente ia seguir caminhando junto e logo nos encontraríamos.

E seguimos”. Diário de Campo, Vanessa Salgado.

Depois desse processo passamos a realizar trabalho de campo dentro do território, o que nos permitiu conhecer muitas outras situações de trabalho infantil naquele território e que se encaixam na concepção de situação de rua apresentada no Relatório sobre Moradia Adequada na Assembleia Geral da ONU (2015), que busca romper com pressupostos moralistas e avançar com um pensamento que contribua na responsabilização do Estado na produção da situação de rua:

A partir de uma perspectiva dos direitos humanos, a Relatora Especial defende um enfoque flexível e contextual da definição de situação de rua, que reconheça as experiências e a interpretação da situação de rua entre distintos grupos e em diversas circunstâncias. Uma definição baseada nos direitos humanos deveria atentar para situações mais urgentes, permitindo, ao mesmo tempo, que as próprias pessoas em situação de rua determinem essas circunstâncias, definam suas necessidades e sejam reconhecidas como agentes da mudança, para fins de tornar realidade seu direito a uma moradia adequada. As dimensões sociais associadas à população em situação de rua também são fundamentais para uma definição baseada nos direitos humanos.

À luz destas considerações, a Relatora Especial propõe o seguinte enfoque tridimensional baseado nos direitos humanos:

a) A primeira dimensão se refere à ausência de moradia – a ausência tanto do aspecto material de uma habitação minimamente adequada quanto do aspecto social de um lugar seguro, para estabelecer uma família ou relações sociais, e participar da vida em comunidade.

b) A segunda dimensão considera a situação de rua como uma forma de discriminação sistêmica e de exclusão social, e reconhece que a privação de um lar dá lugar a uma identidade social através da qual as pessoas em situação de rua formam um grupo social sujeito à discriminação e estigmatização.

c) A terceira dimensão reconhece as pessoas em situação de rua como titulares de direitos que são resilientes na luta pela sobrevivência e dignidade. Com uma compreensão única dos sistemas que negam seus direitos, deve-se reconhecer as pessoas em situação de rua como agentes centrais da transformação social necessária para a realização do direito a uma moradia(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O trabalho como educadores sociais de rua foi articulado com as famílias e com um dos líderes comunitários, que construiu um barraco para ser um centro comunitário cultural. Ele cedeu o espaço uma vez por semana, sendo este o lugar da Assembleia Comunitária, dispositivo do Instituto Camará Calunga de reflexões e decisões acerca do território e da instituição. Participaram deste espaço crianças, adolescentes, familiares, educadores sociais de rua e educadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executados pelo Camará, uma vez que compreendemos nos espaços de reunião que precisávamos fazer uma transição do grupo instituído para a política da proteção básica da Assistência Social. Alguns dos assuntos discutidos em Assembleia, a partir da participação dos presentes (em média 35 participantes) foram: a violência policial no território, violações de direitos, escola e educação, remoção das famílias para um conjunto habitacional, acesso aos serviços públicos e organização para expedições culturais.

Para a construção da prática como educadora social de rua muitos saberes foram importantes. Destacam-se aspectos apreendidos a partir do processo de formação em psicologia e que intimamente se articulavam com a atuação prática na ESR exercício da escuta atenta, o respeito à criança e adolescente como sujeito de direitos, a construção de grupos para pensar sobre cenas, efeitos e motivos das violações de direitos, promoção de espaços críticos e proposições de novas experiências que instrumentalizassem os sujeitos para a luta acerca de seus direitos.

O estudo contínuo das condições concretas de sobrevivência da população foi essencial para forjar a prática.

3.3 Reflexões Acerca da Experiência

Para nós, acolher um moleque não é livrar a sociedade dele, eliminá-lo, reabsorvê-lo, docilizá-lo. É em primeiro lugar revelá-lo (como se faz na fotografia). E, por ora, azar das carteiras descuidadas, dos ouvidos acostumados com as amenidades mundanas, dos azulejos frágeis e caros. Azar do bairro que nos olha do alto, cujas casas espaçosas acham que isso tudo deveria ficar em outro lugar e cujos proprietários estão prontos para denunciar um atentado ao pudor quando veem um dos nossos delinquentes mijando em uma árvore. Azar das frutas que a proprietária guardava para as suas geleias e das flores cultivadas para os seus túmulos, azar daqueles que querem que infância rime com inocência. Azar do bando de solteironas que, periodicamente, faz em grupo o passeio da reeducação [com vista para o atentado aos bons costumes em dia ensolarado] (DELIGNY, 2018, p.41).

A ideia de higienização está cristalizada em grande parte do imaginário social, o que faz da experiência relatada um processo de resistência coletiva para o avanço do exercício de uma política pública no mínimo digna e que possa ser o máximo emancipatória possível.

Para sustentar a atuação dos educadores sociais de rua, foi fundamental o espaço semanal de encontro da equipe e a articulação da prática com a teoria e a discussão nos conselhos de políticas públicas, como forma de mediar a relação entre pressões higienistas e adultocêntricas com a prática da educação social de rua na construção de processos coletivos e pautados nos pilares apresentados.

Alguns aspectos que sobressaltaram na experiência relatada foram a importância da grupalização para uma leitura coletiva das violações de direitos, a construção de espaços periódicos para encontros comunitários de discussão, reflexão e tomada de decisão e o início de um processo emancipatório sustentado por educadores sociais de rua. A psicologia social contribui para a análise da experiência,

auxiliando na compreensão acerca da relação entre sujeito e grupo, como afirma Lane:

O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu "eu" neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência-de-si-mesmo (LANE, 2009, p.16).

A grupalização foi um dos elementos fundamentais para o trabalho desenvolvido, uma vez que permitiu uma interação sustentada pelos educadores sociais de rua que problematizasse o lugar que ocupamos em nossas vidas.

A psicologia social defendida por Lane parte da necessidade de desnaturalizar a ideologia que sustenta ações e relações de dominação que reproduzem o conjunto de relações sociais que mantém a organização do sistema capitalista, mantém a sociedade de classes e a dominação através da exploração da força de trabalho. Encontrar as razões históricas para os papéis que assumimos e não estamos acostumados a problematizar deve ser a busca da atuação que parte da psicologia social, para compreender os motivos de fazermos as coisas como fazemos e podermos nos identificar e atuar com coerência.

Apropriados das suas próprias histórias, da história de sua classe social, dos motivos que levaram às situações de violações de direitos, o grupo e seus sujeitos poderão conscientemente se tornar agentes de mudanças sociais. Poderão buscar não reproduzir a ideologia dominante, embora indissociável das relações sociais de produção, buscar romper com atitudes que só nos afastam de nossos pares e de nossa força enquanto classe.

Um dos grandes marcos do relato que dialoga diretamente com esta discussão da psicologia social é a experiência da conversa que ocorreu na volta do dia do circo, pois convocou os meninos para a reflexão, problematizou a reprodução dos preconceitos vividos, resgatou a história da classe à qual todos os presentes pertenciam e afirmou a necessidade do grupo. Esta conversa foi fundamental para

estabelecer o lugar do educador e dos meninos na relação e ajustar os compromissos daquele coletivo.

Tempos depois deste processo, no ano seguinte, um dos meninos perguntou se não poderíamos fazer uma carteirinha do EURECA, para quando abordado pela Guarda Civil Municipal, poder mostrar sua carteirinha e ter o entendimento de que ele sabe quais são seus direitos e não está sozinho, evitando violações. Este episódio se tornou para a equipe de educadores sociais de rua um forte indicador da construção dos sujeitos no grupo, da identidade que foi se formando na trajetória educativa de 2017.

Apesar do trabalho contar com constantes planejamentos, os processos de constituição de si nas situações grupais foram forjados de forma surpreendente, pois a cada passo apresentavam faces da importância daquela experiência para todos os participantes.

Duas instituições fundamentais para conceber e reproduzir o mundo que tentamos desnaturalizar na experiência relatada são a família e a escola. São contextos imprescindíveis para a manutenção das classes sociais no modo de produção capitalista. Algumas considerações importantes acerca da família, foram produzidas por Lane ao referir que:

(...)as relações de poder que caracterizam os papéis familiares são sempre apresentadas como condições naturais e necessárias para a sobrevivência dos filhos, como condições biológicas, não se distinguindo o que é determinado histórica e socialmente do que é fisicamente necessário para a preservação da espécie. É este aspecto que, via de regra, impede, nos momentos críticos do grupo familiar, o tomar consciência dos papéis e das relações de poder historicamente determinadas, pois estas são vistas como naturais, 'o poder é um dever, é uma questão de sobrevivência' (LANE, 2009, p.45)

A autora também apresenta reflexões sobre a escola que contribuem para o debate, pois como apresentam os dados do CONANDA, a maioria dessa população deixa o ambiente escolar e se atém a um cotidiano de luta pela sobrevivência. Lane (2009) destaca que são considerados os melhores alunos aqueles que correspondem

aos padrões dominantes e atendem às expectativas dos professores, apontando para uma grande questão que é o quanto a escola pouco dialoga com as reais condições de vida dos estudantes e seus familiares, causando estranhamento e marginalização desses sujeitos.

Tem-se, então, a impressão de um "beco sem saída". Se até o sistema educacional reproduz as relações de dominação social, parece ser impossível qualquer transformação da sociedade. Por outro lado, não podemos nos esquecer que as relações de dominação implicam em contradições geradas pela contradição fundamental do sistema capitalista [a luta de classes], e portanto elas estão presentes também no processo educacional e podem ser detectadas na medida em que o ensino se dê através de situações em que os conteúdos teóricos impliquem numa prática e numa reflexão sobre ambos, ou seja, os significados e/ou representações [conceitos, teorias] são confrontados pela interação dos sujeitos reais — aprendizes — com o mundo real que os cerca, permitindo assim a elaboração de novos significados e novas práticas (LANE, 2009, p.50).

Desconstruir as naturalizadas relações de dominação foi um desafio constante. O foco em provocar continuamente o lugar de decisão em sua própria história é uma resistência aos últimos séculos, onde fomos forjados a conceber que o mundo é feito de líderes e liderados.

Falamos em dominação, autoridade, liderança como se, conscientemente, uns quisessem dominar outros; porém, o que de fato ocorre é que os dominados têm como necessário ter alguém que tome as decisões, que pense por eles, em outras palavras, é mais fácil para eles acompanhar os que pensam, os que tomam a iniciativa, do que assumir a responsabilidade das decisões e da própria participação. É na "naturalidade" das relações que podemos constatar a força da ideologia, que se concretiza nos comportamentos e ações dos indivíduos, e, como já mencionamos anteriormente, a dominação só se exerce se houver dominados que a entendam como necessária — o líder é sempre produto dos liderados (LANE, 2009, p.54).

O contexto que produz essa organização social é o sistema capitalista, no qual existem complementar e antagonicamente duas classes: uma, apropriada dos meios de produção e outra, dotada somente de sua força de trabalho para adquirir os materiais para sua sobrevivência. Os meninos em situação de rua, filhos da classe subalternizada historicamente, buscam na rua a sustentação para seus desejos e necessidades. Para contribuir nesta análise, a Psicologia Comunitária, fruto da Psicologia Social, nos subsidia com fundamentos essenciais à análise do relato da experiência ao considerar que:

Desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre outros, por meio de procedimentos educativos e, basicamente, preventivos, se tornou o objetivo central de atividades comunitárias, as quais podem ocorrer em uma casa, com pessoas criando novas relações "familiares", em escolas, hospitais e mesmo entre um grupo de vizinhança ou de bairro, desde que estes se identifiquem por necessidades comuns a serem satisfeitas, através de atividades planejadas em conjunto e que impliquem em ações de vários indivíduos, encadeadas para atingir o objetivo proposto.

O caráter educativo decorre da reflexão que é feita sobre o porquê das necessidades, de como as atividades vêm sendo realizadas, ou seja, como as ações se encadeiam e que resultados são obtidos, tornando possível a todas as pessoas envolvidas recuperarem, através do pensamento e ação, da comunicação e cooperação entre elas, as suas histórias individuais e social, e conseqüentemente, desenvolverem a consciência de si mesmas e de suas relações historicamente determinadas (Lane, 2009, p.68).

As discussões realizadas nos encontros entre as crianças, adolescentes e educadores sociais de rua, foram essencialmente ações para contribuir no desenvolvimento da compreensão de si e dos processos históricos que nos levam a determinadas compreensões e atitudes, além de possibilitar outras experimentações que provocassem os sujeitos à "quebra" da passividade e da naturalização das relações.

Frisando a potência do grupo, que ao discutir seus problemas percebe que estes não são exclusivos dos indivíduos, descobrindo aspectos comuns que são

consequência das condições sociais de sobrevivência, Lane (2009) destaca que a o grupo poderá organizar ações conjuntas para lidar com os problemas identificados, cooperando pela resolução de situações que não avançam quando respondidas individualmente.

Salienta que embora a atividade comunitária tenha o limite de não superar as contradições fundamentais do sistema capitalista, construído nas relações sociais de produção e portanto superadas quando transformadas as relações sociais de produção, é na atividade comunitária que as pessoas poderão desenvolver consciência acerca de sua classe social, que produz riquezas e não usufruem delas, e gradativamente organizar-se em grupos estruturados que visam ações transformadoras da história da humanidade, avançando pela construção de um outro sistema de produção.

O desenvolvimento de uma comunidade se dá de forma lenta, com avanços e recuos, pois o sistema social mais amplo a todo momento exerce pressões, diretas ou indiretas, para a manutenção de soluções individualistas, promovendo a competição, valorizando *status* e prestígio de posse da propriedade. Basta assistirmos algumas novelas e propagandas na televisão para percebermos algumas pressões neste sentido. Além destas influências sociais mais amplas, há todo um processo de aprendizagem das pessoas envolvidas numa experiência comunitária. O se defrontar com os outros, o se descobrir diferente, único e, ao mesmo tempo, assumir a igualdade de direitos e deveres, a responsabilidade de pensar, de decidir e de agir, é um processo que se desenvolve através de práticas e reflexões sucessivas. Não há receitas, nem técnicas pré-definidas, cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos (LANE, 2009, p.70).

Nesse sentido, a grande conquista que se pode encontrar foi a constância de rodas de conversa nas ruas e a constituição e continuidade das Assembleias Comunitárias no território. Promovendo encontros frequentes para que os sujeitos se desenvolvessem pessoal e coletivamente, a Assembleia Comunitária foi um dispositivo que provocou debates e reflexões acerca das violações de direitos, desejos individuais e coletivos, visões de mundo, condições de sobrevivência e tomadas de decisão.

A atividade comunitária numa sociedade de classes antagônicas pode ser comparada com uma situação em que estivéssemos com um pé em cada barco, descendo um rio — só chegaremos a um lugar seguro se cada movimento for pensado e revisto para se decidir sobre o próximo, e ainda assim haverá desvios, impasses, para, lentamente, avançarmos até o ponto desejado. Se o conviver de algumas pessoas, igualmente, em uma casa, é tão difícil, pode-se imaginar as dificuldades existentes para que instituições se tornem comunidades, tais como escolas, hospitais e outras (LANE, 2009, p.72).

A Educação Social de Rua no Brasil foi conceituada no seu surgimento e depois disso passou a embasar-se majoritariamente a partir do empirismo. A sistematização das práticas bem como a sustentação por perspectivas teóricas que subsidiem e potencializem a ESR é uma urgência considerando o contexto do nosso país. De igual modo se faz urgente as análises críticas acerca das condições de vida da população e a compreensão de quais os caminhos possíveis para o enfrentamento (a nível macro e micropolítico) das produções de desigualdades e reprodução de dominação sobre o outro. Neste sentido, essa experiência contribuiu para produzir e refletir sobre esta prática, atuando no máximo em seu potencial de resistência frente às lógicas higienistas e de dominação às quais fomos disciplinados a conceber como naturais.

4. Conexões com a realidade brasileira – apontamentos para a ESR

Para discutir a Educação Social de Rua em um quadro mais amplo, não bastaria refletir acerca da experiência relatada. A Resolução 187 do CONANDA (BRASIL, 2017), instrumento muito recente, de fato orienta a prática do educador social de rua. Destaca em diversos momentos a necessidade do respeito à criança e adolescente como sujeitos, provocando articulações comunitárias e do sistema de garantia de direitos e conduzindo um processo reflexivo da importância de leituras do contexto social em toda a trajetória educativa.

A investigação do presente trabalho ganha relevância quando se esforça para compreender o momento atual, uma vez que a ESR precisa estar intimamente

atualizada com o contexto na qual a prática se insere e dada a necessidade de construção de relações com crianças e adolescentes como sujeitos, provocando a criticidade.

Como analisado pelos autores que descreveram e discutiram o desenvolvimento da ESR no Brasil, o olhar para o período em que vivemos precisa ser minucioso, a fim de se apropriar dos indicadores atuais e construir práticas condizentes com as necessidades reais da população.

O Banco Mundial (2019), no documento intitulado “Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a realidade”, analisou três indicadores de 2014 a 2017: taxa de desemprego, pobreza e necessidades básicas insatisfeitas (habitação, educação e saneamento). Com esta pesquisa, alertou para o aumento da pobreza no Brasil: 43,5 milhões de brasileiros vivem na pobreza. No período analisado houve um adicional de 7,3 milhões a essa população. São 21% da população brasileira sobrevivendo com até U\$ 5,50 por dia.

O número de desempregados brasileiros, segundo a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), gira em torno de 13,4 milhões atualmente.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), apresenta uma queda de 56% do investimento na educação de 2014 a 2018: de R\$11,3 bilhões pra R\$ 4,9 bilhões, afetando o nível básico, técnico e superior de ensino. Se considerarmos o orçamento de 2018, a cada R\$100 o governo gastou R\$4,70 com investimento, R\$52,50 com funcionários e manutenção e R\$42,80 para pagar despesas correntes.

De acordo com informações do governo do estado de São Paulo para o jornal O Vale (2019), um adolescente autor de ato infracional em privação de liberdade na Fundação Casa custa aos cofres públicos cerca de R\$11.500 por mês. O gasto com um estudante da ETEC não chega a R\$3.500 anualmente.

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (2019), de acordo a Pesquisa Nacional de Domicílios PNAD (2014), reafirma os dados das características dadas pelo CONANDA: revelam que entre as mais pobres, a predominância de crianças negras e pardas; entre as crianças com mais garantia de

sobrevivência, a predominância das crianças negras. A prática dos educadores sociais de rua ganha sentido quando contraposta ao cenário político e econômico de violações de direitos e aumento da desigualdade. Apropriada do aumento da desigualdade e suas características singulares, a prática assume desafios construídos historicamente, como a subalternização da população negra no país.

O Atlas da Violência 2019, que se refere aos dados de 2017 aponta que

é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019).

Segundo o relatório, 35.783 jovens foram assassinados no país em 2017, majoritariamente do sexo masculino, representando média de 69,8 homicídios para cada 100 mil jovens no país, essa é taxa recorde dos últimos dez anos. Apesar da média nacional, destaca-se o fato de que 15 Unidades Federativas apresentaram taxa acima da nacional.

De acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social⁶ (CNAS), desde 2014 o país sofre acelerado desinvestimento na Assistência Social. Destaca a queda de 53,30% no orçamento, comparando o orçamento para as ações de Proteção Social Especial de 2018 para 2019. O CNAS estima que 10 milhões de pessoas em situação de violência doméstica, desemprego e fome ficarão sem atendimento anualmente e que cerca de 700mil atendimentos de pessoas em situação de rua, incluindo crianças

⁶ Nota publicada no dia 11 de abril de 2019.

e adolescentes em trabalho infantil e exploração sexual deixarão de acontecer (BRASIL, 2019).

Embora a atuação seja de sujeito para sujeito, somente ampliando o olhar para a produção massiva da miséria é que, tanto o profissional não ficará refém da ação singular, do sofrimento específico da situação, quanto os meninos e meninas não estarão aprisionados: são milhares que precisam se organizar coletivamente para a luta.

Subsidiados em Oliveira (2004), que desenvolve a categoria de ESR relacionando aos dados concretos da realidade, e Deligny (2018), que problematiza e se opõe constantemente ao assistencialismo, podemos compreender que a apropriação desses dados pode deslocar o educador social de rua do lugar de quem concebe sua atuação como ajuda humanitária para compreendê-lo dentre o conjunto de esforços que se dedica a olhar a realidade para alterá-la. Não por bondade na alma, mas por dignidade e pela perspectiva da garantia de direitos. Não porque é bonito, mas por compromisso ético e político. Não por um lugar no céu, mas para fazer valer uma existência digna na terra. Não para reproduzir “naturalmente” as lógicas dominantes, mas para construir hoje a concepção de outra sociabilidade.

5. Considerações finais

A exasperação de seres machucados por condições sociais intoleravelmente desonestas e as impaciências de crianças oprimidas por adultos desajeitados se exprimem através dos mesmos sinais.

Quando o povo for libertado e ousar andar com seus próprios pés, a obra de arte ganhará para ele formas, cores e músicas familiares.

Será preciso, por favor, libertar ao mesmo tempo as crianças e colocá-las junto de educadores de presença leve, provocadores de alegria, sempre prontos a remodelar bolas de argila, vagabundos eficazes maravilhados pela infância. Esperança (DELIGNY, 2018, p 130).

O fortalecimento da ESR na conjuntura brasileira se faz, portanto, relevante e urgente, pois o aumento da degradação das condições de sobrevivência caminha a passos largos. Não bastassem todos os dados que descrevem a realidade, temos ainda em marcha uma reorganização das políticas do país que desconsidera as necessidades da população pobre e trabalhadora. Temos em marcha um conjunto de reformas que só nos servem a mais subalternidade e exploração. Temos em marcha a usurpação cotidiana de nossos direitos.

Embora possamos encontrar bibliografia que discuta a ESR, há uma lacuna quando buscamos refletir acerca das práticas da ESR no serviço público, que tem lugar no Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua de Crianças e Adolescentes. Este trabalho contribui ao debruçar-se sobre tal discussão e avança no sentido de contribuir com a realidade atual a ser apropriada pelos educadores sociais de rua.

Mesmo a ESR sendo muito potente, assumindo como premissa crianças e adolescentes como sujeitos, provocando situações grupais para debater as violações de direitos e organizar as ações, contribuindo para que a política pública tenha mais coerência com a realidade e construindo lugares de escuta e diálogo, é imprescindível fazer uma leitura de suas limitações: não seria possível que uma alteração na estrutura da sociedade acontecesse descolada e desarticulada do conjunto da classe trabalhadora, uma vez que *“nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência”* (MARX, 1859).

Não são heróis, os educadores sociais de rua, são seres que carecem de outros profissionais comprometidos com a transformação da realidade, de arte, de bandos, de grupos: da força da sua classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial. **Como afeta o ciclo econômico os indicadores sociais na América Latina e no Caribe?** Quando os sonhos enfrentam a realidade. 2019. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31483/211413PT.pdf?sequence=9&isAllowed=y>> Acesso em 2 jun 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Sem recomposição no Orçamento da Assistência Social outras políticas públicas podem ficar sobrecarregadas.** 2019. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/sem-recomposicao-no-orcamento-da-assistencia-social-outras-politicas-publicas-podem-ficar-sobrecarregadas>> Acesso em 5 maio 2019.

Castro, Lucia Rabello de. A Politização (necessária) no Campo da Infância. *Psicologia e Política* 14 (7) 2008. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=32&layout=html&mode=Preview>>

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.** Resolução nº 187, de 23 de maio de 2017.

Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. **Gráficos PNAD 2004-2014.** Disponível em <<http://www.ciespi.org.br/Infancia-em-numeros/Graficos-PNAD-2004-2014-1035>> Acesso em 28 jun 2019.

Deligny, Fernand. **Os Vagabundos Eficazes – Operários, Artistas, Revolucionários: Educadores.** São Paulo: n-1edições, 2018.

Do Rio, João. **A alma encantadora das ruas: crônicas / João do Rio; organização Raúl Antelo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Oliveira, Walter Ferreira de. **Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

Galeano, Eduardo. **O Livro dos Abraços.** Porto Alegre: L&PM, 1995.

Graciani, Maria Stella Santos. **Pedagogia Social de Rua – Análise e Sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em 2 jun 2019.

Lane, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos 39).

Martin-Baró, Ignácio. **O papel do Psicólogo**. Estud. psicol. (Natal) [online]. 1997, vol.2, n.1, pp.7-27.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

Marx, Karl. **Prefácio de Contribuição Para a Crítica da Economia Política**. Karl Marx: Janeiro de 1859. Primeira Edição: No livro: Zur Kritik der Politischen Oekonomie von Karl Marx. Fonte: The Marxists Internet Archive.

O Vale. **Interno da Fundação Casa custa ao Estado mais do que aluno da Etec**. 2018. Disponível em <https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/09/pagina3/53336-interno-da-fundacao-casa-custa-ao-estado-mais-do-que-aluno-da-etec.html> Acesso em 2 maio 2019.

Lane, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos ; 39).

Organização das Nações Unidas. **Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto**. 2015. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf> Acesso em 10 maio 2019.

OXFAM. **Relatório A distancia que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**, 2017. Disponível

em <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_a_distancia_que_nos_une.pdf> Acesso em 10 maio 2019.

Pinheiro, Paulo Cesar. **Toque de São Bento Grande de Angola**. Capoeira de Besouro, 2010. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6G9UAYX0D-Y>> Acesso em 1 jun 2019.

Portal dos direitos da criança e do adolescente. **Pesquisa do CONANDA aborda crianças em situação de rua**. Disponível em <<https://www.direitosdacrianca.gov.br/migrados/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>> Acesso em 2 jun 2019.

Rezende Melo, Eduardo. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Direitos Humanos e Justiça – Uma reflexão crítica sobre a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de rua e o sistema de justiça no Brasil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

Mazieiro, Guilherme. Em 4 anos, Brasil reduz investimento em 56%; cortes continuam. Uol, de Brasília. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>> Acesso em 10 jun 2019.

Agência de notícias IBGE. **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>> Acesso em 5 jun 2019.

Agência de notícias IBGE. **Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em 28 jun 2019.